

Os Direitos do homem — religião laica universal?

1. Falar dos direitos do homem no mundo contemporâneo leva-nos à evolução dos últimos dois séculos, mas, para compreendermos a questão hoje, temos de procurar ir além das referências históricas. Em 1991, depois desse *annus mirabilis* que foi 1989, não é possível atermo-nos apenas a uma análise tradicional dos direitos da pessoa humana. A Revolução francesa já pode ser vista, não à luz dos seus excessos, mas como um acontecimento integrado na caminhada de emancipação da humanidade — com avanços e recuos, com erros e virtudes¹. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão constitui, assim, hoje, com a velha Magna Carta e com os principais documentos britânicos do século XVII sobre o tema um dos repositórios dos legítimos anseios e pretensões do género humano.

2. Assim, para nós cristãos, falar dos direitos da pessoa humana constitui uma oportunidade de reencontro — com as mais fundas preocupações dignificadoras dos Evangelhos². Insiste-se muitas vezes, porém, em que no ano de 1789 e seguintes a Igreja resistiu e reagiu às novas mudanças. Importa não esquecer, todavia, as condições históricas — assim como os excessos, bem patentes, por exemplo, na Consti-

¹ Cf. FRANÇOIS FURET, *Pensar a Revolução Francesa*, trad. port., Lisboa, 1988, *passim*. Desenvolvemos este tema em "Revolução Francesa — ou uma Encruzilhada Emancipadora", revista "Finisterra", n.º 3, Outono de 1989, pp. 21 e ss.

² É interessante ler hoje, com olhos pós-conciliares, textos precursores de cristãos que, no pós — Revolução francesa, viram, desde logo, como natural, a compatibilidade essencial entre a defesa dos direitos da pessoa e a mensagem evangélica — citem-se os casos de A. DE TOCQUEVILLE, de LAMENNAIS, de MONTALEMBERT, de LACORDAIRE, de P. J. B. BUCHEZ. Sobre o tema vd. J. B. DUROSELLE, *Les Débuts du Catholicisme Social en France (1827-1870)*, Paris, 1951.

tuição civil do clero e nas suas consequências. Tocqueville chama-nos, por isso, a atenção para injustiças antigas, para erros anteriores, para triunfalismos e para insensibilidades ³. Muitos dos excessos revolucionários deveram-se a tais erros e sobrançerias – que as concepções estreitamente teocráticas acirraram. Essa incompreensão não pode servir, porém, para que se cubram erros passados nem para que se justifiquem os outros erros que se lhes seguiram – num terrível jogo de espelhos ou num ciclo excessos... Não há, assim, qualquer incoerência no pensamento da Igreja Católica, quando neste século – com os prenúncios oitocentistas, designadamente de Leão XIII – vem pôr a tónica no respeito dos direitos e liberdades fundamentais e na ligação íntima destes com a salvaguarda da dignidade da pessoa humana. Trata-se, no fundo, de reafirmar a fidelidade ao mandamento do *amor* – e, por isso, insisto na ideia de *reencontro* e não em qualquer *recuperação* autojustificativa ou sentimento de “culpa”. Uma coisa é reconhecer os erros (como a Igreja fez, por exemplo, no caso de Galileu), outra é esquecer os valores essenciais e a força dos princípios originários.

3. Como natural consequência do comando “amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente”, surge o mandamento “amarás o teu próximo como a ti mesmo” ⁴. “Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os Profetas” ⁵ – o que se liga, aliás, à proclamação de Paulo, segundo a qual “foi para a liberdade que Cristo nos libertou” ⁶.

E nem se diga que este *reencontro* é tardio ou distante. Importa não esquecer os ensinamentos da Igreja universal a favor dos injustiçados, dos esquecidos, dos marginalizados ou dos que foram privados de direitos e liberdades. Leia-se Santo Agostinho, S. Tomás, S. Francisco de Assis, ou Bartolomeu de las Casas, Francisco Suarez e o Padre António Vieira ... Afirmar-se-á, contudo, que a prática se afastou, por vezes, dos princípios – é verdade. Não se confunda, porém, a imperfeição da natureza humana com a essência transcendental da *boa nova* libertadora. Ao vermos no último século e meio as incompreensões com que depararam Lamennais ou Marc Sangnier, fácil é de verificar que muitas feridas históricas (que levaram à cegueira anticlerical e ao seu contraponto radical ultramontano) produziram separações dilacerantes. Nem

³ Cf. *L'Ancien Régime et la Révolution*, 1.^a ed., 1856, Liv. III, Cap. VIII, Ed. Gallimard, Paris, 1967, p. 320.

⁴ Mt. 22, 37-39.

⁵ Mt. 22, 40.

⁶ Gal. 5, 1.

todos tiveram a serenidade de um Alexis de Tocqueville, para se libertarem das discussões e dos conflitos momentâneos e para compreenderem a força dos valores perenes.

4. Os temas da dignidade humana, dos direitos e liberdades, da igualdade ou da igual consideração (“não há judeu nem romano”), bem como do respeito mútuo, constituem, pois, referenciais sempre reportáveis à tradição das Escrituras e à originalidade da mensagem cristã⁷. A lógica do mistério da Encarnação conduz-nos a uma nova visão da humanidade — que deixa de ficar à mercê de uma providência distante e caprichosa, para se tornar, ela própria, participante da tarefa de salvação⁸. Um Deus feito Homem — com o seu sacrifício fundador e central na vida da humanidade e na sua História⁹ — conduz ao abandono dos encantamentos mitológicos e à urgência de um necessário respeito mútuo e de uma indispensável responsabilidade para com o outro e para com os outros. “A dignidade humana exige, portanto, que o homem actue segundo a sua consciência e livre escolha, isto é, movido e determinado por uma convicção interior, e não por um impulso interior cego, ou por mera coacção externa”¹⁰. Aqui se encontra a chave para uma caminhada constante de *aperfeiçoamento*: “a natureza inteligente da pessoa humana aperfeiçoa-se e deve aperfeiçoar-se por meio da sabedoria, que atrai com força e suavidade a inteligência humana à investigação e ao amor da verdade e do bem”¹¹. Dignidade, aperfeiçoamento, responsabilidade, respeito, compreensão mútua, consciência de si e dos outros — eis algumas das referências essenciais que a Igreja tem reafirmado ao longo dos tempos e que aparece de um modo muito claro na “Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo”, aprovada pelo Concílio Vaticano II.

⁷ Cf. JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*, n.º 11 e ss.

⁸ Cf. *Gaudium et Spes*, n.º 41.

⁹ RENÉ GIRARD tem reflectido sobre este tema, pondo a ênfase no sacrifício fundador do próprio Filho de Deus e nas suas consequências no tocante à relação do homem com o sagrado. “Jésus est constamment rapproché, et se rapproche lui-même de tous les boucs émissaires de l'Ancien Testament, de tous les prophètes assassinés ou persecutés par leurs communautés, Abel, Joseph, Moïse, le Serviteur de Yahvé, etc. Qu'il soit désigné par d'autres ou qu'il se désigne lui-même, son rôle de victime méconnue en tant qu'innocent inspire la designation”. (*Le Bouc Émissaire*, Paris, 1982, p. 169). Girard assinala que os Evangelhos nunca falam de bode expiatório, mas sim de Cordeiro de Deus — substituindo-se, assim, as conotações negativas do primeiro pela inocência do segundo. O sacrifício fundador de Cristo pressupõe a rejeição do ciclo da violência e do sagrado. “Le Christ ne ressuscite (...) qu'en nous libérant de toutes ces illusions et des superstitions. La résurrection pascalle ne triomphe vraiment que sur les ruines de toutes les religions fondées sur le meurtre collectif” (*op. cit.*, p. 209). R. GIRARD fala mesmo de vitória sobre todos os falsos deuses das religiões, das políticas e das ideologias (cf., *op. cit.*, pp. 275 e ss).

¹⁰ *Gaudium et Spes*, n.º 17.

¹¹ G. S., n.º 15.

Perdoe-se-nos voltar a citar a Constituição Pastoral do Concílio: “É evidente que nem todos os homens são iguais no que toca à sua capacidade física e às qualidades *intelectuais e morais*. Mas toda a forma de discriminação que atinge os direitos fundamentais da pessoa, quer se funde no sexo, na raça, na cor, na condição social, na língua ou na religião *deve ser ultrapassada e eliminada como contrária aos desígnios de Deus*”. E mais se afirma: “É verdadeiramente de lamentar que os direitos fundamentais da pessoa não sejam ainda garantidos de forma devida por toda a parte. É o que acontece quando se nega à mulher o direito de escolher livremente o esposo e de abraçar o estado da vida que quiser, ou de ter acesso a uma educação e cultura semelhantes às que se reconhecem ao homem”¹².

5. Trata-se, afinal, de reconhecer expressamente os direitos fundamentais como *pedra angular* do respeito da dignidade da pessoa humana no mundo contemporâneo. Alguns dirão que essa dimensão pode ser empobrecedora. Não têm razão, porém, uma vez que o pensamento da Igreja — expresso no Concílio — integrou, com muita nitidez, o respeito dos direitos e liberdades num conjunto articulado de princípios que, sucintamente, podem ser assim enunciados:

a) O homem é criado à imagem e semelhança de Deus — “Fizeste-o pouco inferior aos anjos, de honra e glória o coroaste, e colocaste-o acima da obra de tuas mãos”¹³.

b) Mas o homem é ainda um ser social, que vive na *pólis* — não podendo afirmar-se nem desenvolver as suas qualidades à margem das relações com os outros.

c) Há, pois, um carácter comunitário da vocação humana no plano de Deus — e, assim, o amor de Deus não pode separar-se do amor do próximo¹⁴.

d) Tal carácter gera uma interdependência da pessoa e da comunidade — nas relações com os outros, no respeito mútuo, na reciprocidade de serviço, no diálogo com os irmãos. Só essa *interdependência* e esse *diálogo* desenvolvem as capacidades pessoais e podem corresponder à vocação humana.

e) Desse diálogo resulta que a *promoção do bem comum* se torna cada vez mais universal — partindo do próximo para o distante, numa

¹² G. S., n.º 29.

¹³ Sl. 8,7.

¹⁴ “Sempre que fizestes isto (o bem) a um destes Meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizeste” (Mt. 25,40).

via ascendente de subsidiaridade. Deste modo, a responsabilidade para com os outros envolve compromissos — que tornam actuates os afectos e que realizam a solidariedade.

f) Isto implica direitos e deveres que dizem respeito ao nosso próximo e, a partir dele, a todo o género humano ¹⁵.

g) O respeito para com a pessoa humana constitui, deste modo, o primeiro e fundamental dos deveres sociais (deveres de cidadania e de dignidade, em vez dos antigos deveres de súbdito) ¹⁶.

h) A igualdade essencial de todos os homens entre si reclama, por outro lado, a justiça social. As desigualdades económicas e sociais que se verificam entre os membros ou os povos da família humana causam escândalo e são contrárias à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e à paz social e internacional ¹⁷.

i) Se é verdade que na sociedade contemporânea há um certo regresso às singularidades e ao indivíduo, tal deve ser entendido como uma nova oportunidade de valorização da pessoa humana e da sua esfera íntima, e não como o enfatizar da ética hedonista e individualista do homem só (*homo lupus hominis*, que tanto preocupou Thomas Hobbes) ou do sucesso individual fácil à custa dos outros, numa perspectiva estreitamente utilitarista (na linha de Bentham).

j) Há que pôr, deste modo, a tónica na responsabilidade, numa *ética de responsabilidade* que complete a *ética da convicção* — o que envolve: participação, comunicação, subsidiaridade e melhor representação social.

l) Assim, ainda no dizer do Concílio, a “solidariedade deverá crescer sempre até ao dia em que será consumada” ¹⁸, exigindo o permanente compromisso ¹⁹. Temos, afinal, de ser cada vez mais *nós com os outros* — sem renunciarmos às nossas próprias vocações, que só se enriquecerão em contacto e em *diálogo* com os outros.

¹⁵ Cf. *Pacem in Terris*, n.º 11 a 45, 62 e ss., 80 e ss.

¹⁶ JOÃO XXIII, ainda na encíclica *Pacem in Terris*, deixa bem claro que a tónica posta nos *deveres do homem* nada tem a ver com qualquer tentativa de recuperar os deveres antigos das sociedades autocráticas e hiper-hierarquizadas. “Uma sociedade fundada exclusivamente na força não deve denominar-se humana. Nela, com efeito, as pessoas vêem-se privadas da liberdade, em lugar de serem estimuladas a desenvolver-se e a aperfeiçoar-se” (n.º 34). Sobre o tema vd. o nosso *Escola de Cidadãos*, Lisboa, 1991, pp.105 e ss.

¹⁷ Cf. *Gaudium et Spes*, n.º 29.

¹⁸ G. S., n.º 32.

¹⁹ Sobre o compromisso cristão leia-se de P. L. LANDSBERG, “Reflexions sur l’engagement personnel”, *Esprit*, Novembro de 1937 (publicado in *Problèmes du Personnalisme*, Paris, 1952, pp. 28 e ss.). Trata-se de um texto precursor que serviu de ponto de partida para uma larga corrente do “compromisso cristão” na qual se enquadram EMMANUEL MOUNIER, JEAN LACROIX, GABRIEL MARCEL, JEAN-MARIE DOMENACH e, numa perspectiva própria, PAUL RICOEUR.

6. A partir deste enunciado devemos falar numa autêntica *cultura de direitos*, assumida pela Igreja e caracterizada pelo respeito mútuo e pela limitação do poder e dos poderes, reclamando, já o dissemos, o equacionar da questão dos deveres pessoais e de cidadania, mas também suscitando o reequacionar da dialéctica liberdade/igualdade.

Muitas vezes ouvimos dizer que nessa dualidade liberdade/igualdade — autêntica situação dilemática — temos de escolher um dos termos e privilegiá-lo. Já se disse mesmo que só a liberdade asseguraria o respeito das diferenças e da pluralidade e já se afirmou também que só a igualdade de condição garantiria a salvaguarda da liberdade. É evidente que o problema não pode pôr-se com esta aparente e brutal simplicidade. Liberdade, o que significa? É a liberdade política, económica, espiritual? Quais os seus limites? E a igualdade? É a igualdade perante a lei, é a igualdade de oportunidades, é a igualdade de condição? Tem-se mesmo discutido se há um direito à liberdade prévio aos outros direitos ²⁰. Do mesmo modo, quanto à igualdade tem havido a preocupação por parte de alguns de a colocar em estreita relação com o direito à diferença e com o pluralismo.

7. Tentemos, contudo, esclarecer o problema:

I. Não é correcto falar de uma dicotomia fechada, procurando privilegiar nela um só dos termos.

II. A liberdade é uma noção complexa, envolvendo não apenas aspectos de afirmação individual, mas também os limites resultantes do respeito mútuo, do interesse geral e do bem comum.

III. Um direito à liberdade tem de ser, por isso, visto à luz de um outro direito prévio — à igual consideração e ao respeito de todos ²¹.

IV. A igualdade envolve, assim, não só uma vertente jurídica — igualdade perante a lei —, mas também a consideração das oportunidades, políticas, sociais, culturais. E esta, a igualdade de oportunidades, não pode ser reduzida à mera perspectiva da igualdade no ponto de partida — devendo ser completada pela realização da solidariedade e da justiça, passo a passo, através de acções de correcção por parte da comunidade, e não só por iniciativa dos poderes públicos, que visem permanentemente a harmonização da equidade e da eficiência.

²⁰ Cf. RONALD DWORKIN, *Taking Rights Seriously*, London, 1977; trad. espanhola *Los Derechos en Serio*, Barcelona, 1984, pp. 380 e ss.

²¹ Cf. RONALD DWORKIN, *op. cit.*, pp. 388 e ss.

V. Todavia, a igualdade não pode ser vista como igualdade de condição, isto é, como uniformização das condições de vida, como indiferenciação ou como despersonalização (na acepção orwelliana de 1984).

VI. Há, pois, que harmonizar igualdade e direito à diferença — e aqui *reencontramos* a noção evangélica de igualdade. Igualdade assente na dignidade e na aceitação das diferenças e das complementaridades.

VII. Como sustentava Alexis de Tocqueville, as nações não podem impedir a instauração de condições de igualdade no seu seio, mas depende das orientações que forem adoptadas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias ²².

VIII. Chegamos, assim, às preocupações contemporâneas com a teoria da justiça, que têm sido estudadas, por exemplo, por John Rawls ou por Michael Walzer. Nessa linha de pensamento, temos de partir de uma noção de *equilíbrio* ou de um “processo de mão dupla”, já que avançamos e recuamos por entre ajustamentos à teoria e à convicção, bem como à liberdade e à igualdade — até alcançarmos o melhor *possível*. Estamos, pois, perante um processo de *rivalidade regulada*. Daí resultará a *harmonização* entre os polos do dilema social.

IX. Entre pessoas com diversos objectivos, propósitos e crenças, uma concepção comum de justiça estabelece os laços de amizade cívica e de cidadania. E é daqui que temos de partir para aquilo que Rawls designa como *justiça como equidade* — cada pessoa deve ter o direito à mais extensa liberdade compatível com uma idêntica liberdade para os outros; as desigualdades sociais e económicas têm de ser ajustadas de tal modo que sejam razoavelmente postas ao serviço de todos, trazendo-lhes vantagens, e devem estar ligadas a posições e cargos acessíveis a todos ²³.

X. Aqui poderemos encontrar uma base de equilíbrio susceptível de compatibilizar liberdade e igualdade, competição e consenso, equidade e eficiência, complementaridade e diferença. Liberdade e igualdade não podem ser vistas, afinal, desligadamente da comunidade e da sua própria dinâmica. Autonomia e heteronomia complemen-

²² Cf. *De la Démocratie en Amérique*, livro II (1840), Parte IV, I e II.

²³ Cf. JOHN RAWLS, *A Theory of Justice*, Harvard, 1971; *Uma Teoria da Justiça*, trad. port., Brasília, pp. 67 e ss. Sobre o tema vd. também MICHAEL WALZER, *Spheres of Justice and Defense of Pluralism*, New York, 1983 e PAUL RICOEUR, *Lectures, Autour du Politique*, Paris, 1991, pp. 196-215.

tam-se, nos mesmos termos que a autoregulação e a heteroregulação social.

XI. Deste equilíbrio resulta, porém, uma preocupação necessária e permanente de articular princípios e procedimentos, valores éticos e regras de jogo, legitimidade e legalidade. Há uma procura plural de sentidos que leva à recusa do relativismo ético e que obriga à criação de espaços de diálogo e de intercâmbio. Trata-se, assim, de favorecer espaços plurais de criação e de articular princípios e factos, atitudes e vontades, diferenças e pontos de encontro.

XII. Perante este tipo de preocupações, ligadas aos temas da liberdade, da igualdade, da justiça e da comunidade, fácil é de entender que a *dignidade da pessoa humana* surja como *medida e referência essencial da aplicação dos direitos fundamentais*.

8. Esta perspectiva concede um especial destaque à diversidade de caminhos na procura da verdade. A verdade não é uma aquisição definitiva, mas o resultado de uma busca permanente. Busca plural incompatível com a imposição por parte de um qualquer poder político de sentidos para vida. Daí a importância do *ecumenismo* no mundo de hoje, como corolário da liberdade religiosa ²⁴, do respeito mútuo e da responsabilidade para com os outros. Se cada um de nós se considera no bom caminho da verdade, não deve impor essa via, mas suscitar a adesão livre a ela, pelo exemplo, pela perseverança, pelo diálogo, pela sinceridade, pela fidelidade e pela partilha.

O mesmo se diga do *universalismo* — sinal de abertura e de compreensão relativamente aos outros e ao que é diferente. O mundo, é cada vez mais policêntrico e a humanidade cada vez mais poliédrica. Neste sentido, o *pluralismo* é consequência de uma perspectiva baseada na pessoa e nas pessoas — pessoa singular, *santuário* onde a consciência se liga a Deus e à transcendência, pessoa em comum (*Gesamtperson*), comunidade num sentido solidário, mas capaz de aceitar as forças e as fraquezas da relação com os outros (conflitual e concorrente, mas também lugar de amizade ou de consenso e de luta pela *vita buona* ou pela vida melhor) ²⁵. Esta é, afinal, a base e o fundamento da subsidiaridade — princípio fundamental de especial actualidade num momento em que o Estado-nação é demasiado grande para resolver determinados proble-

²⁴ Sobre o tema cf. "Declaração *Dignitatis Humanae* do Concílio Vaticano II sobre a liberdade religiosa — do direito da pessoa e das comunidades à liberdade social e civil em matéria religiosa" (7 de Dezembro de 1965). Encontra-se na colectânea org. por Pe. PETER STILWELL, *Caminhos da Justiça e da Paz*, 2.ª ed., Lisboa, 1989, pp. 271 e ss.

²⁵ Cf. P. L. LANDSBERG, *op. cit.*, p. 21.

mas e muito pequeno para solucionar outros ²⁶. A compreensão da complexidade exige que aquilo que pode ser resolvido a nível pessoal e comunitário não deva ser remetido para as estruturas sociais e políticas hierarquicamente superiores — no plano regional, nacional ou supranacional.

9. A valorização da pessoa, na sua singularidade e na sua integração comunitária, torna-se, deste modo, peça fundamental na articulação criadora entre liberdade e igualdade. Nesta perspectiva, as várias gerações de direitos humanos têm de ser vistas à luz do aperfeiçoamento das sociedades, da singularidade à complexidade do universalismo e desta até à compreensão da dignidade pessoal. Trata-se de caminhos do individualismo até a uma ética da pessoa, articulando singularidade e solidariedade, esfera subjectiva e interacção comunitária. E trata-se ainda de compreender que o respeito e a salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais devem ser garantidos onde quer que esteja a humanidade — através da sua adequação às diferentes condições culturais e sociais. Quando, em 1948, as Nações Unidas aprovaram a Declaração Universal dos Direitos do Homem, deu-se um passo extraordinário na história do mundo ao afirmar-se o universalismo dos direitos fundamentais. Importa, porém, passar dos princípios aos factos — e a verdade é que se olharmos o *mapa-mundi* do respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana temos de retirar conclusões de pouco optimismo. No fundo, porquê? Porque a dignidade da pessoa humana ainda se encontra demasiado esquecida e subalternizada.

Mas é o critério da dignidade das pessoas que nos leva a interligar as várias gerações de direitos — desde os pessoais (à vida, à integridade pessoal, à liberdade e à segurança, de expressão e à informação, de consciência e religião, de aprender e ensinar, de associação...) e de participação (ao sufrágio, de acesso a cargos públicos, de petição e acção popular...) até aos novos direitos culturais e ambientais, passando pelos económicos e sociais (sindicais, dos consumidores, ao desenvolvimento, à saúde, à habitação, à protecção familiar, dos jovens, da terceira idade).

O respeito da vida exige desenvolvimento social, mas o atraso económico não pode justificar o esquecimento momentâneo da dignidade. A salvaguarda dos direitos e liberdades não pode, assim, ser considerada um luxo dos países mais desafogados economicamente.

²⁶ Cf. sobre o princípio da subsidiaridade: Enc. *Quadragesimo Anno*, n.º 25, 79 e 80; *Mater et Magistra*, n.º 53 e ss.; *Pacem in Terris*, n.º 140 e ss.; Const. *Gaudium et Spes*, n.º 86 e *Populorum Progressio*, n.º 33.

10. Quando se fala de aperfeiçoamento relativamente aos direitos e liberdades fundamentais não estamos, pois, no domínio do mero reconhecimento formal. Há que dar passos decididos quanto aos meios de protecção desses direitos. Trata-se de harmonizar legalidade e legitimidade — nos planos nacional e internacional. Os modelos europeus de democracia não são, sem mais, universalizáveis. Não é possível pensar-se em exportar para um país do terceiro mundo o sistema de Westminster, mas há que criar condições para estender a todo o mundo o respeito sagrado da vida e da dignidade das pessoas. Eis o cerne da questão! *A violação dos direitos e liberdades fundamentais não é, pois, uma questão de política interna dos países — é um problema que atinge a humanidade inteira.* Por isso, as Convenções sobre os Direitos do Homem tendem a prever mecanismos de acesso directo às instâncias internacionais em caso de violação dos direitos, liberdades e garantias consagrados ²⁷. Além de que há ainda as organizações não-governamentais, como a Amnistia Internacional, que têm assumido uma função muito importante no apelo aos homens de boa vontade e à consciência mundial sobre o necessário respeito da dignidade das pessoas. E cabe, naturalmente, fazer ainda uma referência especial às Comissões de Justiça e Paz, no âmbito da Igreja Católica, que têm constituído instâncias actuaes, preocupadas com o tema dos direitos fundamentais e empenhadas em contribuir eficientemente para o seu respeito, designadamente através da denúncia das suas violações.

11. Num tempo em que as transformações no mundo se sucedem a um ritmo alucinante e em que as sociedades abertas se afirmam como as mais criativas e as únicas compatíveis com o respeito do pluralismo e da dignidade humana, falar dos direitos e liberdades e no seu aprofundamento é também ter em devida consideração os temas do desenvolvimento e da paz. Os Estados de direito democrático, os espaços supranacionais de diálogo e abertura, as organizações internacionais são chamados, assim, à tarefa de respeitarem com acções e iniciativas a dignidade humana ²⁸. Passou o tempo das ideologias totais e dos projectos de sociedade terminal e dos “messianismos temporais” — chegou a altura dos projectos abertos centrados na pessoa humana e na sua autonomia e na capacidade de diálogo e solidariedade.

²⁷ Cf. Convenção Europeia dos Direitos do Homem concluída em Roma em 4 de Novembro de 1950 (DR., I Série, 13 de Outubro de 1978; DR., I Série, 6 de Junho de 1986; DR., I Série, 27 de Setembro de 1990). Sobre o tema vd. nosso “A Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, rev. *Educação e Trabalho*, n.º 9, Jan.-Março de 1979, pp. 21 e ss.

²⁸ Cf. *Populorum Progressio*, parte II, “Para um Desenvolvimento Solidário da Humanidade”.
11.º 43 e ss.

Há alguns anos, Norberto Bobbio afirmava que “a passagem do estado liberal para o estado social é assinalada pela passagem de um direito com função predominantemente protectora-repressiva para um direito cada vez mais promocional (...). De qualquer modo, grande ou pequena que seja a função positiva do estado (não só impedir mas também promover, não só proteger mas também exigir), a verdade é que já não basta mais a justiça comutativa (para retomar a distinção tradicional sempre válida), que consiste em fazer corresponder ao bem (ou ao mal) realizado um bem (ou mal) igual e contrário com base no critério da igualdade aritmética. Para que uma sociedade permaneça reunida é preciso que se introduza também algum critério de justiça distributiva”²⁹. O que o filósofo italiano refere para o Estado-nação tem de ser cada vez mais estendido para os espaços supranacionais e internacionais bem como para a humanidade. Uma perspectiva substantiva de respeito dos direitos exige a criação de condições jurídicas, institucionais, económicas, tributárias, sociais, culturais e éticas que assegurem a sua aplicação. Liberdade, igualdade e comunidade têm de ser vistas em conjunto e os seus problemas têm de ser interligados³⁰. Trata-se, no fundo, de conceber a justiça não como reivindicação vaga, mas como um objectivo realizável gradualmente. Não se trata de pretender construir a sociedade perfeita, mas sim de nunca renunciar ao seu aperfeiçoamento e à superação dos erros e dos males³¹. Só assim faremos da “solidariedade voluntária” a via adequada para impor o respeito universal da dignidade da pessoa humana.

12. Direitos do homem – “religião” laica universal? À parte a eventual desaqueção da expressão, há que dizer – pelo que vimos, que uma *cultura de direitos* não é, não pode ser, sucedâneo para a relação do homem com o sagrado e com o transcendente. Há um largo território por explorar quando abordamos este tema. A sociedade contemporânea tende amiúde a relativizar os direitos como relativiza a vida e os valores. Todavia, só é possível superar uma visão formalista dos direitos e liberdades por referência à dignidade pessoal e à procura aberta e livre de um sentido transcendente pelo Homem.

Estamos num processo de humanização (com avanços e recuos, consensos e conflitos), que tem de ser de encontro da pessoa e da sua

²⁹ *O Futuro da Democracia – Uma Defesa das Regras do Jogo*, trad. port., Rio de Janeiro, 1986, p. 112.

³⁰ Cf. RONALD DWORKIN, “Foundations of liberal Equality”, in *The Tanner lectures on Human Values*, XI, 1990, University of Utah Press.

³¹ Cf. KARL POPPER, *Em busca de um mundo melhor*, trad. port., Lisboa, s. d., pp. 17-39.

dignidade ³². A luta pelos direitos da pessoa, em nome dos valores perenes, é a luta pela dignidade humana — e esta tem de ser levada a efeito onde quer que haja injustiças. Daí a sua dimensão universal. É um sinal de “desencantamento do mundo” no sentido weberiano ³³? Sim, na acepção de ultrapassagem de mitologias e ilusões. Mas é, afinal, o homem livre — também homem da suspeita e da perplexidade, da convicção e da responsabilidade —, criado à imagem e semelhança de Deus, peregrino da verdade e da vida, que se afirma. As esferas ética da dignidade pessoal e jurídica do respeito cívico dos direitos, das liberdades e dos deveres do Homem intersectam-se. É essa interinfluência que imprime força e perenidade ao combate emancipador da humanidade.

E que é a liberdade senão a capacidade de aceitarmos os nossos limites e imperfeições? Limites e imperfeições que não podem fazer-nos vacilar na tarefa essencial de assegurar o respeito pela dignidade humana, e pelos direitos e liberdades que lhe são inerentes, onde quer que haja vida pessoal e comunitária ³⁴.

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

³² Cf. JOAQUIM RUIZ-GIMENEZ, *Derecho y vida humana*, Madrid, 1957, pp. 109 e ss. É de leitura “obrigatória”, pela lucidez e abertura, o Pe. JOAQUIM ALVES CORREIA, *O Cristianismo e a Mensagem Evangélica*, Lisboa, 1941, pp. 30-41 — sobre “os direitos divinos do homem” e a “igualdade cristã”.

³³ Cf. MARCEL GAUCHET, *Le Désenchantement du Monde*, Paris, 1985; tb. Fr. BENTO DOMINGUES, O. P., *A Religião dos Portugueses*, pp. 20 e ss.

³⁴ Não se cita no texto a Encíclica *Centesimus Annus* por ter sido publicada após a realização desta conferência.